



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM
HISTÓRIA

ROBSON DE OLIVEIRA SILVA

**UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR CATÓLICA EM ALAGOA
GRANDE: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário
(1917-1919).**

CAMPINA GRANDE
2014

ROBSON DE OLIVEIRA SILVA

UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR CATÓLICA EM ALAGOA GRANDE: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1917-1919).

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento as exigências para obtenção do grau de graduado.

Orientador: Dr. Ramsés Nunes e Silva

Campina Grande

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586 Silva, Robson de Oliveira.

Uma instituição escolar católica em Alagoa Grande [manuscrito]
: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário (1917
– 1919). / Robson de Oliveira Silva. – 2014.
44 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

“Orientação: Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva, Departamento de
História”.

1. História da Educação. 2. Educação Católica. 3. Ensino. I.
Título.

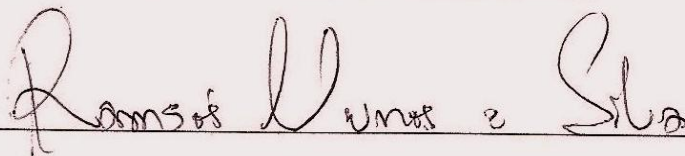
21. ed. CDD 370.9

ROBSON DE OLIVEIRA SILVA

**UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR CATÓLICA EM ALAGOA
GRANDE: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário
(1917-1919).**

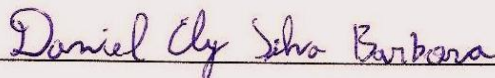
Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de graduação em
Licenciatura Plena em História, da
Universidade Estadual da Paraíba em
cumprimento as exigências para
obtenção do grau de graduado.

Monografia aprovada em 24 / 02 / 2014



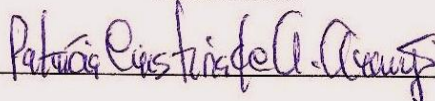
Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva / UEPB

Orientador



Prof. Drando. Daniel Ely Silva Barbosa / UEPB

Examinador



Profª. Dra. Patricia Cristina de Aragão Araújo / UEPB

Examinador

RESUMO

A História da Educação é um campo de saber da História que vem ganhando bastante fôlego nos últimos anos, dando possibilidades diversas de investigação a partir de objetos de estudo como a cultura escolar, as relações políticas e sociais no âmbito da educação, as instituições escolares, e demais matizes da história do universo instrucional. Entretanto, os estudos sobre História da Educação no Brasil e no Estado da Paraíba são recentes, principalmente no tocante aos estudos relacionados às instituições de ensino e da instrução confessional, necessitando serem explorados com mais veemência, tendo em vista contribuir com esse campo de conhecimento. Tendo em vista essa questão, objetiva-se nesse trabalho, investigar a história de uma instituição de educação confessional do início do século XX no Brejo paraibano, o Colégio Nossa Senhora do Rosário, fundada na cidade de Alagoa Grande em 1919, administrada pelas Irmãs de Santa Dorotéia, buscando discutir o contexto social e político da construção do colégio, revelando as tramas que possibilitaram não só a construção do seu ambiente físico, mas também da escolha da ordem responsável pela administração do mesmo, e a sua cultura escolar através da pedagogia de Paula Frassinetti, matriarca da instituição. Para tanto, utilizou-se da seguinte metodologia: pesquisa de fontes bibliográficas e documentos primários, visita ao colégio e registro fotográfico do mesmo. Através da pesquisa verificou-se a influência de personalidades importantes na fundação do colégio e de outras instituições escolares na Paraíba e em Alagoa Grande, como o Arcebispo Dom Adauto de Miranda Henriques dentre outros. Além disso, foi possível compreender a intencionalidade na construção dessas escolas, como resistência ao processo de laicização do ensino que se vivia naquele momento histórico, bem como da necessidade de se fornecer educação de qualidade as filhas da elite agrária da região do Brejo paraibano. Assim, constata-se a importância do colégio estudado para compreender a História da Educação na Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Instituto Santa Dorotéia. Ensino.

ABSTRACT

The History of Education is a field of knowledge of history that has gained notoriety in recent years, giving numerous possibilities for research from objects of study as school culture, political and social relations in education, educational institutions, and other hues in the history of instructional universe. However, studies on the History of Education in Brazil and in the State of Paraíba are recent, mostly as regards relating to educational and research institutions confessional statement and need to be explored more strongly in order to contribute to this field of knowledge. Considering this question, in this work we aim to investigate the history of an institution of denominational education from the early twentieth century in Paraíba Fen, the Colégio Nossa Senhora do Rosário, founded in the city of Alagoa Grande in 1919, run by the Sisters of Saint Dorothy, trying to discuss about the social and political context of building of the school, revealing the plots that allowed not only the construction of their physical environment, but also the choice of the order responsible for the administration of the same, and their school culture through pedagogy Paula Frassinetti, matriarch of the institution. For this, we used the following methodology: research literature sources and primary documents, visit to school and photographic record of the same. Through research we verified the influence of key figures in the founding of the school and other educational institutions in Paraíba and Alagoa Grande, as Archbishop Aduino Miranda Henriques among others. Furthermore, it was possible to understand the intentionality in building these schools, as resistance to the secularization of teaching process that was lived that moment in history, as well as the need to provide quality daughters of the rural elite of the Paraíba region health education. Thus, it is clear the importance of the school studied to understand the history of education in Paraíba.

KEYWORDS: History of Education. Saint Dorothy School. Teaching

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Colégio das Irmãs Dorotéias no Brasil.....	24
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Pátio de recreação do colégio.....	37
Figura 02- Fachada do antigo auditório do colégio.....	38
Figura 03- Fachada do colégio e capela anexa.....	39
Figura 04- Antigo auditório auxiliar.....	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	11
3. INSTITUIÇÕES ESCOLARES CONFESSIONAIS NA PARAÍBA.....	20
3.1 As Irmãs Dorotéias e o Pensamento de Paula Frassinetti	23
4. O COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM ALAGOA GRANDE.....	27
4.1 As propostas instrucionais de Paula Frassinetti e o Colégio Nossa Senhora do Rosário: um olhar sobre o disciplinamento.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

A História da Educação é um campo de saber da História que vem ganhando bastante fôlego nos últimos anos, dando possibilidades diversas de investigação a partir de objetos de estudo como a cultura escolar, as relações políticas e sociais no âmbito da educação, as instituições escolares, e demais matizes da história do universo instrucional.

Segundo Monarcha (2007), no Brasil esse campo de saber emergiu entre os anos 30 e 50 do século XX a partir da institucionalização das ciências humanas, e da criação de conteúdos curriculares de história da educação geral e do Brasil em escolas Normais, institutos de educação e faculdades de Filosofia, assim como pela criação de manuais didáticos sobre este campo, mais tarde, da influência da Sociologia nos estudos sobre a educação, veio a se efetivar posteriormente com a criação de cursos de pós-graduação e grupos de estudos oficiais.

Nesse sentido, grupos de pesquisas em História da Educação começam a se formar a partir da década de 1980, a exemplo dos grupos: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) em 1986, posteriormente, no ano de 1991, foi formado o Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba (HISTEDBR-PB). Também na Paraíba, a partir do ano de 2000 surge uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em educação na Universidade Federal da Paraíba.

Percebe-se, dessa forma, que os estudos sobre História da Educação no Brasil e no Estado da Paraíba são recentes, principalmente no tocante aos estudos relacionados às instituições de ensino e da instrução profissional, necessitando serem explorados com mais veemência, tendo em vista contribuir com esse campo de conhecimento. Tendo em vista essa questão, objetiva-se nesse trabalho, investigar a história de uma instituição de educação profissional do início do século XX no Brejo paraibano, o Colégio Nossa Senhora do Rosário¹, fundada na cidade de Alagoa Grande em 1919, administrada pelas Irmãs de Santa Dorotéia, ordem surgida no século XIX na Itália, e que passou a atuar em diversos países, como Itália, Brasil, Portugal, Espanha e Estados Unidos.

¹ A partir de agora no decorrer do texto a referida instituição escolar será apresentada da seguinte forma: Colégio N. S^a do Rosário.

Além disso, propõe-se discutir o contexto social e político da construção do colégio, revelando as tramas que possibilitaram não só o seu ambiente físico, mas também da escolha da ordem responsável pela administração do mesmo, e a sua cultura escolar através da pedagogia de Paula Frassinetti, matriarca da instituição.

Para desenvolver a investigação dessa instituição é necessário também compreender o contexto nacional e local da educação, visando discutir mais exclusivamente a educação cristocêntrica, tendo em vista a sua predominância no Brasil e a sua forte influência na Paraíba através das ordens religiosas como as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, Damas da Instrução Cristã, Irmãos Maristas, Sagrada Família, entre outras.

Segundo Marcondes et al (2007, p.620) pensar a educação confessional no Brasil é pensar a própria história da educação, tendo em vista que o início da educação brasileira ocorreu dentro de um contexto confessional. Estando, assim, pressuposto o seu caráter cristão, seja católico ou protestante, devido a forte influência do cristianismo sobre o Brasil desde o período colonial, sob o Regime de Padroado entre a Coroa e a Igreja, até o período republicano, com o incentivo a permanência da educação confessional privada e a oficialização do ensino religioso no ensino público.

Atrelado ao debate com relação a estas instituições pretende-se analisar igualmente os processos de laicização da educação e a resposta da Igreja Católica a este movimento secular, ocasionando na reação eclesiástica de criação de inúmeras escolas confessionais com o intuito de recristianizar a sociedade e manter o seu papel pujante na educação. De forma contrária a essa reação contra a modernização do ensino através de ideais liberais e ateístas, é importante ressaltar a forma como estas instituições renovaram o seu currículo através dos preceitos republicanos, buscando uma modernização curricular sem perder os princípios cristãos e o papel doutrinário da educação.

2. AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES COMO OBJETO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

O saber histórico proporciona à sociedade a reflexão sobre os processos que levam a sermos o que somos e como esses processos relacionados à passagem do tempo se tornam sujeitos históricos. Segundo Bloch (2001), a História não pode ser concebida como uma ciência do passado, mas sim, uma “Ciência dos Homens, no tempo”, devido à ênfase dada aos fatos humanos relacionados a cada período histórico. Para Bloch (2001):

A história recebe seu vocabulário, portanto, em sua maior parte, da própria matéria de seu estudo. Aceita-o, já cansado e deformado por um longo uso; ambíguo, aliás, não raro desde a origem, como todo sistema de expressão que não resulta do esforço severamente combinado dos técnicos (BLOCH, 2001. p. 136).

Além desta concepção da relação entre a História e seu objeto de estudo, que se apresenta mutável, não apenas os documentos, mas também o historiador é fruto desta mudança, onde de acordo com Bloch (2001, p. 136):

Os documentos tendem a impor sua nomenclatura; o historiador, se os escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo as categorias de sua própria época; por conseguinte, com as palavras desta (BLOCH, 2001, p. 136).

Sendo assim, a condição humana é mutável, e essa mudança se relaciona com a maneira com que as culturas constroem suas concepções, valores e estruturas sociais.

Segundo Lopes (2001) o estudo da história nos fornece uma abertura de informações semelhante às ocorridas em uma viagem, pois condiciona o contato com o “outro”, tanto no tempo quanto no espaço, permitindo estabelecer uma relação de alteridade, conhecendo a si mesmo através de indagações e problemáticas construídas em relação ao “outro”. De acordo com essa afirmativa, Lopes (2001) revela que:

A história nos permite ver que, em outros lugares, culturas e em outras épocas, ou aqui perto de nós, a educação de modo geral, e a escola, em particular, têm mudado, mas parecem manter alguns elementos intocados que, surpreendentemente, são os mesmos, aqui, em 2001, lá, em 1915. A História, dessa forma, ajuda-nos a olhar nossa realidade com paciência: afinal, as coisas demoram muito a mudar [...] Às vezes é preciso esperar duas ou três gerações para que uma inovação educacional se estabeleça (LOPES, 2001, p.17).

Dentro dos estudos historiográficos, convém abordar o campo da História da Educação que é de suma importância para compreender, como com o passar do tempo,

as sociedades criaram suas concepções a cerca dos processos educativos e de que forma são estruturadas as instituições de ensino e os processos de aprendizagem, dando possibilidade de entendermos como o nosso sistema educacional, em suas diversas matizes, se fundamentou.

De acordo com Lopes (2001) a História da Educação surge no final do século XIX, nas Escolas Normais e em cursos de formação de profissionais da educação, sendo por isso, ligada à Pedagogia, tendo posteriormente, a partir da década de 1980, maior participação no campo da História, através dos novos paradigmas no alargamento da utilização de novas fontes e objetos, assim como a revolução nos seus contornos teórico-metodológicos.

Conforme Saviani (2008) a História da Educação contribui com a reconstrução cognitiva do processo histórico de desenvolvimento da educação, contribuindo dessa forma para a rememoração daquilo que a sociedade fez-se esquecer, como relação a este processo de construção histórica da educação. Por conseguinte, Saviani (2008) afirma que:

Pelo trabalho historiográfico cabe-nos lembrar aos educadores e a toda a sociedade do país aquilo que, embora presente em sua prática cotidiana, tende a ser sistematicamente esquecido: que a situação na qual o trabalho educativo se processa, os avanços e recuos, os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas. Nessa condição, sofrem, por um lado, as determinações do passado; mas, por outro lado, assim como a educação anterior foi produto da ação dos que nos precederam, nós, educadores atuais, também temos a prerrogativa de agir sobre o presente e mudar-lhe os rumos (SAVIANI, 2008, p.3).

A partir dos estudos da História da Educação é possível vislumbrar as rupturas e permanências da estrutura educacional, os discursos construídos em relação aos processos educativos e como estes foram responsáveis por criar a noção que se tem em relação aos à educação, os currículos adotados, as finalidades da educação e a quem cabe à responsabilidade por gerir as instituições de ensino, propondo uma investigação interdisciplinar dos processos de ensino-aprendizagem e da construção das instituições de ensino. Dessa forma, segundo Knauss (2001):

(...) a História da Educação pode definir-se efetivamente como um campo de indagações pedagógicas, evidenciado as bases da construção social da educação, encontrando a especificidade desse campo de estudo que é interdisciplinar por natureza (...) (KNAUSS, 2001, p.216).

Podemos afirmar a partir deste raciocínio que o estudo da História da Educação é interdisciplinar e carece de uma visão mais ampla dos fatores não só históricos, mas sociológicos, culturais, psicológicos e pedagógicos relacionado aos processos de ensino/aprendizagem e a construção das instituições de ensino.

Segundo Knauss (2001) a História da Educação pode ser enriquecida através da investigação da forma como a cultura e a sociedade de uma época possibilitam o entrecruzamento entre a História e a História da Educação através da caracterização da vida escolar pela norma social instituída, de maneira que “Impõe-se, no entanto, a História da Educação, buscar ressaltar as mediações socialmente demarcadas e que problematizem os entrelaçamentos entre história e educação” (KNAUSS, 2001, p. 73).

Knauss (2001) afirma que é necessário levarmos em consideração as interações dos sujeitos sociais, que possibilitam enxergarmos como a educação passa por um processo de construção social a partir destes sujeitos. Com relação a este aspecto, Scocuglia (2003) mostra que, de acordo com os inúmeros, posicionamentos teóricos construídos no decorrer do tempo pelas diversas correntes da história, criou-se um campo de estudo com possibilidade de múltiplos olhares e objetos, sendo possível a análise de:

mensagens governamentais de política educacional, das falas de professores e professoras, dos depoimentos dos alunos e dos pais e mães, da fala de representantes da comunidade local, da merendeira, dos “esvaídos/expulsos” da escola ou mesmo “das vozes do silêncio” dos que não têm acesso à escola “feita para os outros”. A própria história (“total”) da educação é história da pedagogia, história da escola, história da vida de seus múltiplos integrantes, história das famílias dos alunos, história das mulheres educadoras, etc. (SCOCUGLIA, 2003, p.13).

Diante dessa função social da História da Educação, em poder rememorar os processos históricos dos quais este campo de conhecimento percorreu, foi necessário que houvesse uma especialização histórica deste campo, no qual de forma inevitável, sofreu com as crises paradigmáticas da ciência.

Na Europa, no século XIX, a História da Educação, enquanto disciplina fez parte dos currículos normalistas e de cursos superiores europeus, tendo como intuito contribuir para a construção do conhecimento didático, no Brasil, esta disciplina esteve intimamente ligada aos cursos de formação docente (final do século XIX) e de pós-graduação que surgiram no final da década de 60 e início da década de 70.

Na o ano de 1961, com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a História da Educação ficou compreendida de tal forma: “Deve ser

entendida como uma apreciação coerente dos fundamentos históricos que explicam a educação moderna, e, dentro desta orientação, conterà uma divisão especial dedicada á História da Educação Brasileira”.

Dentro desse processo de consolidação, essa disciplina se vinculou tanto ao positivismo, corrente de pensamento bastante representativa durante este momento de emergência da disciplina, quanto da sociologia pragmática de Durkheim e o historicismo de Diltey, passando pelas influências dos Analles com a “história-problema”, que segundo Scocuglia (2003) trouxe o rompimento da compreensão linear da História da Educação, a rigorosidade na pesquisa com a ampliação das fontes documentais, aproximação com as ciências sociais e humanas e a tentativa de se aproximar mais de uma “história total”.

O autor afirma também que esta escola influenciou na concepção da história enquanto parte de processos de “longa duração” e inseparabilidade do passado com o presente, fazendo da História da Educação um campo de estudo que visa fazer com que:

temas que eram específicos da História da Educação – enquanto parte das teorias educacionais, ou seja, das pedagogias – compõem, agora, o campo da história cultural. Não se trata, bem entendido, de “retirar” a História da Educação do campo pedagógico e, sim, de acoplá-la, em definitivo, ao campo da história (SCOCUGLIA, 2003, p. 88-89).

Para debruçar-se sobre a História da Educação, é importante encaminhar um estudo do que se convém chamar de “cultura escolar”, que segundo Julia (2001) é:

A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001, p.7).

Ainda no tocante à cultura escolar, Libâneo (2008) afirma que:

A cultura escolar refere-se àqueles significados, modos de pensar e agir, valores, comportamentos, modos de funcionamento que, de certa forma, mostram a identidade, os traços característicos, da escola e das pessoas que nela trabalham. A cultura da escola (ou cultura organizacional) é o que sintetiza os sentidos que as pessoas dão às coisas, gerando um padrão coletivo de pensar e perceber as coisas e de agir (2008, p.33).

A partir do estudo dessa categoria de análise, aplica-se nesse trabalho a investigação sobre a cultura escolar nas instituições escolares, por exemplo, e mais especificamente as suas tramas na Paraíba, com ênfase para o estudo das escolas confessionais, seu currículo e os processos de secularização e laicização do ensino.

Adentrando na seara desse campo de saber Julia (2001) afirma que:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p.10).

Com essa afirmação, podem-se verificar quais foram os conjuntos de normas e quais conhecimentos e condutas sociais, buscou-se criar através das instituições escolares estudadas e quais comportamentos e conhecimentos eram propostos por tais instituições de ensino.

O estudo da História da Educação no Brasil revela uma trama de inúmeros percalços, do qual permearam o sistema de ensino em nosso país e que reflete até hoje seus impactos. A predominância do ensino confessional baseado na economia colonial fez parte de um longo período de nossa história, e fomentou desenvolvimento tardio da educação laica e democrática.

A economia colonial brasileira foi responsável por criar uma aristocracia escravocrata, que por sua vez, implicou na fundação de uma ordem política e social estratificante e detentora dos bens culturais. Segundo Romanelli (2007) esse sistema colonial contribuiu para a formação inicial de nossa educação a partir da obra educativa da Companhia de Jesus, onde a organização social: “consistia na predominância de uma minoria de donos de terra e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos” (Ibdem, p. 33).

Segundo Ghiraldelli (2008) os desafios da Companhia de Jesus eram divididos em três campos distintos: promoção do cristianismo, propagação da fé cristã nos territórios das colônias e educação da juventude. Dentre estas tarefas, a atividade educativa foi a que mais se desenvolveu nessa ordem, tendo a gratuidade do ensino como principal fator que favoreceu a sua disseminação, contando com 372 Colégios no fim do século XVI. Ainda de acordo com Ghiraldelli (2008):

Aos Jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar no Brasil durante um tempo razoável. Algo em torno de duzentos anos. Durante esse tempo, eles fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, se tornar padres, tinham de se submeter a tal ensino. Eram os únicos colégios existentes (2008, p.33).

Nessa estrutura cabia a uma parte menos expressiva da elite, excluindo-se mulheres e primogênitos, o acesso à educação voltada basicamente ao ensino da

doutrina cristã e à aprendizagem necessária para a administração dos negócios da família. Com relação ao conteúdo cultural, a pedagogia do período colonial estava pautada no retorno à Escolástica, indo de encontro com as ideias da Contra-Reforma, sendo:

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro [...] O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo (ibdem, p. 34).

Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil e de Portugal, pela reforma pombalina em 1759, o cenário da educação começa a sofrer mudanças significativas. Em Portugal surgia naquele período o que poderíamos compreender como um “ensino público”, pois o Estado assumiu a responsabilidade de gerir e propiciar a educação, com ênfase na formação da cidadania. No Brasil, os cursos de humanidades são substituídos pelas “aulas régias”, organizados pelos professores que recebiam do governo o pagamento pelo trabalho.

Entretanto, este modelo de “ensino livresco” jesuíta, baseado no *Ratio Studiorum*, foi presente em nosso país não somente até a expulsão dessa ordem em 1759, com a reforma pombalina, mas teve sua continuidade no império e mesmo após a consolidação da República, a partir de outras ordens religiosas que fundaram escolas confessionais no país. Segundo Kulesza (2006):

“[...] é justamente com a proclamação da república que a Igreja no Brasil consolida sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos” (2006, p.88).

Dessa forma, é possível analisar as influências da participação da Igreja na construção das instituições de ensino e da formação de nossa sociedade. Porém, cabe aqui observar que na contramão de uma educação meramente disciplinadora e dogmática, o ensino de algumas instituições religiosas, também foi capaz não só de adequar-se aos preceitos e normatizações do Estado. Relacionado a esse processo, podemos citar o Colégio N. S^a do Rosário, que segundo Freire (2002, p.35) foi equiparado a Escola Normal do Estado em 1930 e em 1946 equiparou-se ao curso ginásial do Colégio Pedro II.

Como o exemplo de práticas que contrariavam a lógica “disciplinadora” de instituições de ensino confessional feminino fundamentada na formação de esposas “dóceis” e “servas da casa” pode-se citar o Colégio de N. S^a do Rosário, que mesmo se tratando de uma escola confessional possuía, segundo Freire (2002), “[...] bons times de voleibol feminino, chegando a realizar na sua quadra, no início dos anos 60, um torneio regional, com equipes da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.” (FREIRE, 1998, p.83).

Segundo Nunes (2010):

No caso dos colégios, porém, outra dificuldade aparece. O processo industrializador instaurado no país, expandindo o mercado de trabalho, colocava necessidades novas e exigia mão de obra qualificada. A ampliação da rede oficial de ensino respondeu, em parte, a essa demanda da nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil. A oferta ensino gratuito e, em geral, de bom nível, através das escolas do Estado, associada à aceitação progressiva do pluralismo religioso e mesmo de uma relativa laicização das instituições, interferiram na estabilidade da vasta rede educativa dirigida pelas religiosas (NUNES, 2010, p.501).

Estas dissonâncias ocorriam de forma às instituições adaptarem-se aos preceitos da sociedade moderna, sem perder a “clientela” nem deixar completamente de dispor dos preceitos moralizantes e valorativos da filosofia cristã. A Igreja católica se opôs ao movimento de secularização do ensino, e num processo de ganhar terreno frente à laicização criou-se uma cultura escolar com a finalidade de romanizar a educação através da criação de instituições de ensino confessional.

No tocante a esta questão, Nunes (2010, p.501), “uma das respostas das congregações a esta situação foi o encorajamento à profissionalização das religiosas; elas foram estimuladas a seguirem cursos superiores”.

Segundo Lima (1975), mesmo com o processo de laicização da educação ocorrido a partir da proclamação da república, houve a permanência de grupos ligados à Igreja na tentativa de propor uma articulação entre o Estado e o ensino religioso. Na década de 30, intelectuais ligados à Igreja e instituições católicas como a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE) buscavam estabelecer uma maior autonomia de poder da Igreja frente ao Estado com relação à educação. Em 1931, com o decreto que restaurou a possibilidade do ensino religioso nas escolas oficiais estes militantes do ensino religioso saudaram a atitude do Estado.

No tocante à educação em sua forma de processo escolar, a Igreja foi desde o princípio – através das ordens religiosas e, especialmente dos

jesuítas - a primeira, e por muito tempo a única instituição educacional no Brasil. Seu “modo de fazer” impunha-se, pois, como processo válido e transmitia-se, de geração a geração, legitimado e legitimando-se no preceito que Cristo havia dado à sua Igreja de “ensinar a todo mundo” (LIMA, 1975, p.74).

De acordo com Lima (1975), Alceu Amoroso Lima, um destes intelectuais ligados à Igreja, afirmou que o ensino das escolas católicas foi importante por manter a moral e religiosidade das populações e das elites, em especial das mulheres. Segundo ele, só a aliança entre Estado e Igreja Católica, baseados nos princípios da família, poderiam dar a base da realidade nacional através da instrução pública, contribuindo também para a universalidade cultural e de espiritualidade cristã, alegando que a laicização havia desastrosamente retirado estes princípios da educação.

Segundo os princípios estabelecidos pela Igreja em 1929 pela encíclica *Divini Illius Magistri* cabia à família e à Igreja o direito de promover a educação, sendo o Estado apenas um subsidiário, além de que “os católicos estão proibidos de colocar seus filhos em escolas neutras; são condenáveis as práticas de educação sexual e de co-educação dos sexos”:

Apoiando-se, firmemente, na Encíclica *Divini Illius Magistri*, a Igreja defende suas prerrogativas de legitimadora do processo educacional; defende também o próprio processo tal qual vinha ocorrendo nas mãos dos particulares e, portanto, beneficiando apenas a camada de alto poder aquisitivo, a burguesia ligada à produção agroexportadora (rural pelos proprietários, urbana pelos comerciantes), chamando a isto liberdade de ensino; defende o em como exige o ensino religioso em escolas públicas como exigência da cultura brasileira, cujas componentes religiosas continuaram assim a se perpetuar (LIMA, 1975, p.82).

O arcebispo Dom Adauto de Miranda Henriques foi um dos personagens-chave para se entender a militância em prol da manutenção do papel da Igreja na educação, sendo importante inclusive para a criação do colégio N. S^a do Rosário devido a sua relação com o Cônego Firmino Cavalcante de Albuquerque² da cidade de Alagoa Grande, como comprovam transcrições de cartas pastorais e outros documentos transcritos no livro de tombo da paróquia da mesma cidade.

² Conego Firmino Cavalcanti de Albuquerque foi um alagoa-grandense responsável pela grande reforma da Igreja Matriz (1911 a 1917), um dos fundadores da Caixa Rural e idealizador da construção do Colégio Nossa Senhora do Rosário, servindo para isso de engenheiro e arquiteto nas obras.

Segundo Silva (2006) Podemos notar a partir da reflexão de Dom Adauto a preocupação da Igreja enquanto uma instituição que manteve a hegemonia na educação no Brasil em manter o seu papel simbólico na cultura escolar, pode-se notar essa preocupação a partir da citação abaixo:

Para Dom Adauto, o alvo dos católicos frente à nova realidade republicana não era, exclusivamente, só a República, e sim, a carga simbólica “permitida” por esta no espaço instrucional: o chamado indiferentismo que, segundo ele, transformaria as relações entre sociedade leiga e a Igreja (SILVA, 2006, p.192).

Muitas eram as estratégias da Igreja para manter a sua cultura escolar confessional, conservando assim a estrutura simbólica e moral da sociedade cristã sob a hegemonia da Igreja frente ao papel educacional da República:

Todo um arcabouço de estratégias da liderança eclesiástica local, referendando as disposições do Vaticano, se apresentava disposta a cumprir um papel de salvaguarda das representações sociais e morais católicas frente à mundanização, inclusive dos espaços instrucionais. Caberia à Igreja, a seus fiéis, aos lentes “estrategistas doutrinários”, presentes nas escolas, velarem pela legitimação da instância confessional das relações que se transformavam. De uma outra forma, deveria ser possível, ao mesmo tempo, negar frontalmente disposições que se permitiam dialogar com a secularização (SILVA, 2006, p.196).

Com relação a estas estratégias, cabe analisar aqui o papel da instrução cristocêntrica como forma de arregimentar fiéis, como afirma Dias (2008), onde segundo ele, a educação confessional tinha o papel de criar intelectuais com princípios católicos que pudessem influenciar na política de uma República que estava paulatinamente se secularizando. Assim é importante compreender de que forma estas instituições se consolidaram e atuaram no estado da Paraíba.

3. INSTITUIÇÕES ESCOLARES CONFSSIONAIS NA PARAÍBA

Desde o início da colonização, as obras educacionais eram predominantemente conduzidas pela Igreja Católica, ficando a cargo de Jesuítas o papel de educar os filhos e filhas da elite através de suas instituições educacionais assim como pela catequização. Na Paraíba, o contexto não se diferenciava desse quadro geral, as instituições confessionais voltadas exclusivamente para a educação só surgiram a partir do século XIX, com a vinda de ordens religiosas estrangeiras.

Tendo em vista a predominância das instituições de ensino católicas em nosso país, mesmo durante as primeiras décadas da República, o estudo das instituições confessionais de ensino se confunde com a própria História da Educação. Segundo Silva e Santos (2012) com os processos de laicização da educação e os ideais liberais ocorridos com mais intensidade a partir do século XIX, ocorreu um movimento de reação eclesiástica, na qual a Igreja, num contexto de crise institucional, adotou diversas estratégias para a recatolização da sociedade via instrução cristocêntrica. Esta questão pode ser verificada com o surgimento de inúmeras escolas administradas por ordens religiosas e construídas, inicialmente por relações de padroado e beneplácito.

Com o surgimento da República, a Igreja, percebendo a propensão a secularização da educação, se mostrou propensa a aumentar a sua participação na instrução da população. Isso se deu especialmente a partir da participação dos poderes locais da Igreja, a exemplo do Arcebispo Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, que foi uma peça chave na fundação de diversas instituições de ensino confessional na Paraíba desde a fundação da arquidiocese da Parahyba do Norte em 1894 (Silva; Santos, 2012, p.80).

Um claro exemplo desse momento histórico, relacionado ao contexto local da cidade de Alagoa Grande, o Pro-pároco Firmino de Cavalcante Albuquerque, mentor da construção do colégio N. S^a do Rosário, enviou uma carta ao Arcebispo Dom Aauto em resposta à carta pastoral intitulada “Tudo pela pátria e nada sem Deus” na qual o Arcebispo se remete a necessidade de gerir o Estado sob o domínio das leis canônicas. Nesta carta, escrita 31 de Dezembro de 1927 ele afirma que:

É uma bela lição dada aos que professam, mas que não obedecem a responsabilidade dos que dirigem as rédeas de um progresso, qualquer que seja.

Refuta inimigo da Pátria e da República os que desobedecem os direitos de Deus sobre a sociedade; disse enfim, que outra cousa não desejara senão amar a sua pátria, a República, nela que sejas, extrema

dos vícios que lhe deformam o organismo (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.29).

Padre Firmino elogia a posição de Dom Adauto em defender a romanização e a vinculação entre Estado e a Igreja Católica Romana. Segundo Dias (2008), as cartas pastorais são importantes documentos para perceber as estratégias tomadas pelos bispos para a “recristianização” da sociedade na República.

Tendo em vista estes discursos revelados nas cartas pastorais, podemos afirmar que:

A leitura de Cartas Pastorais de Dom Adauto proporciona a verificação do que significou o esforço que ele teve para implementação das orientações da Igreja Católica Universal na Paraíba durante as primeiras décadas do regime republicano. E é, ao mesmo tempo, a constatação de que o projeto de reestruturação da Igreja, separada oficialmente do Estado, estava em andamento no Brasil e se consolidava na Paraíba na medida em que Dom Adauto avançava com seu intuito de organizar a Igreja nos moldes definidos por Roma [...] (DIAS, 2008, p.120).

De acordo com Silva e Santos (2012), Dom Adauto, em defesa da catolicidade, deu apoio aos discursos que fundamentavam a necessidade de instalação de colégios católicos na Parahyba do Norte, legitimou ações necessárias para a formação de sacerdotes que iriam ensinar em tais colégios, e arregimentou ordens e congregações católicas para administrarem as escolas locais. Dentre estas escolas pode-se citar o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1895) administrada pela congregação da Sagrada Família advinda da França e o Colégio Diocesano/Marista (1894) administrado pelos Irmãos Maristas da França, ambos na capital; o Colégio Santa Rita (1907) dirigido pelas Irmãs Franciscanas e posteriormente pela Sagrada Família; o colégio Sagrado Coração de Jesus (1932), sob tutela das Damas da Instrução Cristã vindas da Bélgica; o Colégio N. Sra. De Lourdes (1928) em Cajazeiras, O Colégio Sagrado Coração de Jesus (1918) em Bananeiras e o Colégio N. S^a do Rosário (1919), estes três últimos pertencentes a Congregação das Irmãs de Santa Dorotéias.

A respeito da consolidação da instrução confessional na Paraíba, segundo Silva e Santos (2012, p.83):

Dom Adauto faz perceber o quão é representativa a proposta católica da educação feminina, frente à modernidade/laicização sob os cuidados da Igreja católica: era decretada sobre crivo da instrução feminina uma espécie de frente ampla contra a secularização instrucional na Parahyba do Norte.

Essa estratégia do Arcebispo de lutar contra a modernização do ensino tinha seus limites, pois o mesmo consentiu com a equiparação do currículo dos colégios confessionais à Escola Normal, garantindo a adequação do magistério aos novos desafios da sociedade moderna. A respeito disso Silva e Santos (2012) afirmam que:

A educação não impediria a modernização pedagógica, mas sim aquela que negava o caráter cristocêntrico [...] Educação esta, disposta para o ensino feminino, dentro dos ditames de uma “preparação feminina” para as demandas instrucionais marcadamente modernas, especialmente face à feminização do magistério ou à preparação para certos ofícios antes impeditivos no que diz respeito à participação feminina (SILVA; SANTOS, 2012, p. 84).

Este posicionamento de Dom Adauto em não se opor à República, mas sim aos ideais ateístas, proporcionou reformas curriculares nas escolas confessionais fundadas por ele, alinhando-as as mudanças advindas da modernidade. Segundo Silva e Santos (2012):

Não obstante, no percurso contraditoriamente oposto, com o passar dos anos, as escolas confessionais tendem a se reajustar às demandas e aparatos instrucionais a serem desenvolvidos no interior de suas escolas, alguns deles liberais e seculares. Assim sendo, essas escolas promovem mudanças e adéquam-se às exigências da escola moderna, aos poucos se tornam mistas, institucionalizam o ensino secundário e profissionalizante (SILVA; SANTOS, 2012, p. 86).

Se na educação de homens era predominante o papel dos jesuítas em seus seminários e colégios, no tocante à instrução feminina “Na educação religiosa familiar, as mulheres estavam presentes influenciando na formação do espírito religioso de seus filhos e filhas” embora “Somente no século XIX foram criadas organizações religiosas para mulheres católicas.” (NUNES, 2010, p.490). Ainda de acordo com o referido autor:

No Império, duas congregações femininas iniciam aqui suas atividades: Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades (NUNES, 2010, p. 492).

A hegemonia sobre a educação feminina fez das Ordens Religiosas uma importante ferramenta de educação e catequese da população, e mesmo que houvessem movimentos sectários a respeito da presença da educação religiosas, como cita Nunes (2010) o caso da oposição ferrenha dos liberais ao conservadorismo católico,

No entanto, o interesse da Igreja no Campo da Educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país. Na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio (NUNES, 2010, p. 494).

Segundo Nunes (2010), as instituições religiosas, especialmente os colégios, puderam se difundir e solidificar suas bases a partir dos recursos obtidos o das próprias obras, doações e incentivos do governo na forma de benefícios que possibilitaram certa autonomia e aumentaram significativamente seu número de membros, propriedades e instituições.

O aparato educacional atrelado às instituições escolares católicas, enfim, se mostraria em pleno processo de implantação. No âmbito do reforço realizado pelos líderes da Igreja, entre eles Pio IX (1846 – 1878) e Leão XIII (1878 – 1903), em seus longos pontificados, responderiam prontamente salesianos, maristas, Irmãs doroteias, Irmãs do Sacre Couer, Damas da Instrução Cristã, entre outras ordens, que foram fundadas na Europa e se instalaram em Pernambuco (SILVA, 2012, p.7)

Nesse sentido, constata-se a importância das escolas confessionais na educação paraibana, e, sobretudo, a necessidade de investigar a história dessas instituições para compreender os processos de formação de nossa sociedade.

3.1 As Irmãs Dorotéias e o Pensamento de Paula Frassinetti

Para que possamos entender melhor a relação entre o Colégio N. S^a do Rosário, seu contexto pedagógico e sua relação com a sociedade necessita-se revisar o contexto histórico da instituição religiosa que ficou responsável pela administração do colégio e pela construção do currículo escolar. Apesar de pouco explorada, a história da Instituição das Irmãs Dorotéias é de suma importância para a História da Educação brasileira, especialmente para a instrução feminina, sendo esta ordem uma das primeiras voltadas a esta finalidade no Brasil, instalando-se no país em 1866, antes mesmo de chegar a Portugal.

Esta instituição pedagógica tem sua origem nas Irmãs de Santa Dorotéia, cuja Beata Paula Frassinetti, a fundadora da instituição, fazia parte. Paula Ângela Maria

Franssinetti, abriu no início do século XIX uma pequena escola para meninas pobres nos arredores de Génova. Posteriormente, por volta de 1864, as Irmãs de Santa Dorotéias (inicialmente Irmãs da Santa Fé) foram convocadas pela Companhia de Jesus para fundarem uma escola em Lisboa.

No Brasil, os colégios fundados pelas Irmãs de Santa Dorotéias tinham o seu corpo discente ocupado predominantemente por alunas advindas de famílias abastadas, a adoção da Pia Obra de Santa Doroteia, fundada pelo Padre Dom Lucas Passi em 1815, e que fez mudar o nome da comunidade pedagógica de Irmãs da Santa Fé para Irmãs da Santa Dorotéia, visava, segundo Moura (1996/1997, p. 247) a educação de meninas pertencentes às classes mais humildes.

Após fundarem um colégio em Gênova, as Dorotéias expandiram para Roma, fundando a Casa Geral, o que lhes permitiu expansão para outras cidades da Itália. Esta instituição, embora administrada pelas Irmãs de Santa Dorotéia, estava também sob a direção espiritual dos Jesuítas, fazendo jus aos pensamentos de Inácio de Loyola na filosofia da instituição.

Frassinetti foi convidada pelo seu irmão D. José a criar uma escola voltada para a instrução de crianças pobres na Vila de Quinto, onde o irmão dissera ter presenciado uma “infância sem escola e as jovens sem ideal, e até, sem formação”. Segundo o Livro Institucional “Abre-se a escola e a jovem mestra se dá ao ensino das técnicas fundamentais da cultura: ler, escrever e contar, ao mesmo tempo em que adentra as pequeninas mãos nas artes aplicadas e lhes forma o coração e o caráter pela doutrina cristã” (LIVRO INSTITUCIONAL PROVÍNCIAL DA CASA SUL DO BRASIL, 1957, p.13).

Posteriormente, em 1835, D. Lucas de Passi, um sacerdote Bérghamo e amigo do irmão de Frassinetti, propôs que Paula Frassinetti ficasse encarregada pela instituição que ele havia criado para cuidar das jovens mais pobres e necessitadas, denominada de Pia Obra Santa Dorotéia. Segundo Girão (2005), ao adotar a Pia Obra de Santa Dorotéia, não só a congregação mudaria de nome, mas também viria ficar sob inspiração das regras de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, fazendo com que os estatutos das Irmãs de Santa Dorotéias adotasse a espiritualidade jesuíta e o cunho inaciano nas constituições, fundada em experiências de Exercícios Espirituais. Dessa forma, surge também o caráter missionário, que fez as Dorotéias levarem as luzes da Doutrina Cristã às fábricas, prisões, vilas de pobres, centros rurais, e soldados, onde para elas “Ser Dorotéias é ser catequista”.

Esta ligação entre os Jesuítas e as Dorotéias influenciou para a instalação de um colégio feminino em Lisboa, que apesar de ir de encontro com a legislação da época influenciada pelas ações pombalinas do século anterior que suprimia as congregações religiosas. Instalaram-se em Portugal em 16 de Junho de 1866, ocupando uma casa cedida pelo jesuíta P. Fulconis, onde a primeira turma com 50 alunas seria fundada em 1887. Após se disseminarem por Portugal, sua presença findara naquele país em 1910, após a perseguição e expulsão das Dorotéias. Desde então, após se instalarem na Itália, Brasil e Portugal, as Irmãs de Santa Dorotéia seguiram destinos diversos, instalando novos colégios nos Estados Unidos, Suíça e Espanha.

No Brasil as Irmãs Dorotéias desembarcaram inicialmente em Pernambuco, onde fundaram o primeiro colégio em 12 de fevereiro de 1866³ a convite de D. Manuel Medeiros. Na tabela abaixo podemos observar em ordem cronológica os colégios abertos pelas Dorotéias no Brasil segundo o seu Livro Institucional.

Quadro I: Colégio das Irmãs Dorotéias no Brasil

Cidade	Ano	Cidade	Ano	Cidade	Ano
Recife	1866	Manaus	1910	Tôrre	1922
Belém	1877	Pouso Alegre	1911	São Sebastião do Paraíso	1925
Friburgo	1893	Olinda	1914	Cajaseiras	1928
Maranhão	1894	Fortaleza	1915	Bebedouro	1930
Salvador	1895	Bananeiras	1918	Residência São José em Recife	1936
Niteroi	1897	Alagoa Grande	1919	São Paulo	1937
Natal	1902	Pesqueira	1920	Itaquatiara	1951

Fonte: Livro Institucional da Casa Provincial Sul do Brasil (1957).

De acordo com o Livro Institucional da Casa Provincial do Sul do Brasil, colégio de Friburgo, o próprio Bispo de Pernambuco D. Manuel de Medeiros, viajou até

³ O Colégio São José, na cidade de Recife, foi à primeira casa fundada no Brasil em 12 de fevereiro de 1866.

Roma para convencer as Irmãs Dorotéias de virem até o Brasil para educar as jovens brasileiras. Ficando de acordo entre si, as eleitas para virem ao Brasil foram: Janozzi, Pingiani, Felipa, Mattel, Toscani e Casavecchia.

Porém, através do apoio de membros da Igreja que visavam manter a presença do catolicismo na educação, conseguiram erguer fundos e interferir na legislação de modo a permitir o funcionamento desta instituição. Na Paraíba, como veremos, Dom Adauto de Miranda, arcebispo da Paraíba e Rio Grande do Norte, foi um expoente nessa expansão, contribuindo para a construção do Colégio Imaculada Conceição em Natal, o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes em Cajazeiras, denominado por Dom Adauto como a “pupila de seus olhos”, e o Colégio N. S^a do Rosário em Alagoa Grande.

A pedagogia do Instituto Paula Frassinetti estava baseada na Pia Obra de Santa Dorotéia, e segundo Sene e Costa (2010) tinha um caráter conservador, conhecido como Ultramontano, que defendia a autoridade do Papa em matéria de fé e disciplina. Assim, a fundadora Paula Frassinetti transmitia suas diretrizes através de cartas endereçadas às irmãs superiores dos Colégios, tendo como missão a evangelização através da educação.

Segundo Sene e Costa (2010):

As intuições pedagógicas de Paula Frassinetti que contribuíram para a constituição de seu projeto educativo são: diálogo, testemunho, a formação das Irmãs: entre o cultural e o espiritual, coragem e audácia, educar pela via do amor e do coração, suavidade e firmeza, a prudência, obediência, perseverança, fé e incentivo à prática das virtudes: simplicidade, humildade, caridade, alegria, ternura para as Irmãs e alunas (2010, p.2).

Esta posição pedagógica detinha de um poder moralizante através de sua educação de acordo com o seu forte ideal apostólico. Segundo o Livro Institucional, o ideal de “santificar-se, salvando, instruindo, aperfeiçoando, elevando o próximo” esteve presente desde o início do instituto fundado por Paula Frassinetti nos arredores de Gênova.

4. O COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM ALAGOA GRANDE

No início do século XX, o estado da Paraíba possuía uma economia baseada na cultura da cana-de-açúcar e do algodão. Através da produção agrícola, especialmente do algodão, a dinâmica da sociedade começa a produzir novos significados (GURJÃO, 1989). Outrossim, o fenômeno da urbanização transforma as cidades e o cotidiano dos cidadãos, principalmente após a instalação das estradas de ferro da companhia inglesa Great Western of Brazil Railway que expandiram a malha ferroviária do estado para cidades interioranas (Itabaiana, Alagoa Grande e Mulungu em 1901 e Campina Grande em 1907) acelerando esses processos modernizantes, como mostra Freire (2002).

No contexto de criação do Colégio de N. S^a do Rosário em 1919, pela Ordem das Dorotéias, a cidade de Alagoa Grande possuía uma economia fortalecida pelos diversos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas de gado e um pungente comércio de algodão favorecido pela chegada da linha férrea no começo do século. Este contexto econômico e social possibilitou a construção de diversos educandários e colégios voltados predominantemente para os filhos e filhas da elite agrária local, a exemplo do Colégio Nossa Senhora da Boa Viagem (internato e externato para meninas), o Curso Primário Peregrino de Carvalho e o Colégio São Luiz. Instituições fundadas nesse período.

Como exemplo dessa representação da elite local, que compunha o corpo discente do Colégio N. S^a do Rosário, pode-se citar a primeira aluna do Colégio N. S^a do Rosário, cuja escrituragem da matrícula se encontra registrado no Livro de Tombo da paróquia da cidadãos. Trata-se da aluna Auta de Arruda Câmara Azevedo, filha do Coronel Eufrásio Cavalcanti de Arruda Câmara, que segundo o genealogista Fabio Arruda de Lima⁴, foi delegado geral do estado da Paraíba e grande proprietário de terras que possuiu também inúmeros cargos políticos na região, e que fora pessoalmente receber na estação férrea as irmãs que iriam administrar o colégio no ano de 1919. Teve uma participação crucial na construção do colégio, pois, com exceção do pequeno espaço onde estava sendo erguida a cadeia, o terreno do colégio foi comprado e doado à paróquia por ele.

⁴ Informação retirada do site www.araujo.eti.br/araujo2.asp construído pelo genealogista por meio de uma pesquisa realizada durante dez anos em livros, cartórios, Igrejas e entrevistas com parentes e amigos a fim de construir a genealogia da família Arruda.

O coronel Eufrásio era um membro proeminente da elite rural local, seu pai, Eufrásio de Arruda Câmara, foi chefe do Estado maior do Comando superior da Guarda Nacional dos Municípios de Ingá e Campina Grande, foi também um proprietário rural das cidades de Ingá, onde possuía a Fazenda Bacamarte e em Campina Grande, onde possuía o Engenho São José de Cabaças.

No entanto, visando ter uma maior participação da população local na instrução confessional, segundo Freire (2002, p.35) foi fundada uma escola anexa com a intenção de dar guarida a algumas moças pobres e oferecer ensino gratuito, sendo frequentada em 1948 por 120 alunas.

De acordo com a memória local predominante, assim como afirmado por Freire (2002) a escola surge de um acaso, pois segundo Freire (2002), três freiras da “Ordem das Dorotéias” estavam vindo de Olinda em direção à cidade de Bananeiras na Paraíba. Entretanto, na estação ferroviária da cidade de Camarazal (atual Mulungu) houve uma “Baldeação” onde os passageiros tinham de trocar de trem. As freiras neste evento acabaram entrando no trem errado, que ao invés de ir para Bananeiras tinha como destino a cidade de Alagoa Grande.

Chegando a Alagoa Grande, já com o conhecimento de que haviam tomado destino errado, foram até a Casa Paroquial da cidade, onde se apresentaram ao padre coadjutor Firmino Cavalcante de Albuquerque, que lhes deu abrigo em uma casa de uma senhora católica.

No dia seguinte à chegada inesperada das Irmãs Dorotéias na cidade, padre Firmino notificou a provincial das Dorotéias em Olinda, e afirmou que não permitiria o retorno das freiras, pois precisariam delas para a construção de um Colégio de Freiras. Neste mesmo dia padre Firmino procurou o juiz municipal Francisco Peregrino de Albuquerque, pois este possuía muita influência política, que se prontificou de imediato em contribuir para erguer o colégio e angariar recursos com a população local, onde segundo Freire (2002): “Todos colaboraram com entusiasmo: o prefeito da época, os plantadores de algodão, senhores de engenho, fazendeiros, comerciantes e até pessoas de baixa renda” (FREIRE, 2002, p. 82).

Embora haja divergência entre a memória local e os escritos do livro de tombo da paróquia no tocante à “ocasionalidade” ou não da visita das Irmãs Dorotéias à cidade de Alagoa Grande, é possível inferir no enunciado do livro de tombo que a forma como Dom Adauto articula a visita das Irmãs em Alagoa Grande pode ser vista como uma tática frente à luta pela hegemonia da Igreja na educação frente aos processos de

laicização do ensino e a falta de recursos disponíveis para a construção de escolas públicas. Aspecto que Pinheiro (2002) destaca ao apontar o descaso dos poderes públicos na construção de grupos escolares.

Cabe mais adiante analisar pontualmente as relações políticas, sociais, e religiosas que possibilitaram a construção desse colégio assim como os elementos culturais imbricados nesse contexto escolar, tanto com relação à Cultura Escolar, no tocante às práticas, vivência dos atores escolares, quanto na questão mais ampla em relação à cultura local da cidade e os discursos construídos sobre educação. A exemplo da participação do bispo Dom Adauto de Miranda Henriques na construção deste e de outros educandários. Aliás, seus esforços na Paraíba em prol das dorotéias e outras instituições é marcante, como pode-se constatar no Livro Institucional presente na Biblioteca do Colégio São José, da mesma Ordem, na cidade de Recife:

Avistamos ainda na Paraíba, Em Alagoa Grande, o ginásio N.^a S.^a do Rosário. Mais uma vez D. Adauto de Miranda Henriques acolhe paternalmente em sua vastíssima arquidiocese, a 6 de janeiro de 1919. As irmãs muito se tem dedicado na formação das jovens de Alagoa Grande (LIVRO DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DOROTEIAS, 1957, p.29).

Com a consolidação da República e suas reformas educacionais, ocorreram diversas medidas legais que propuseram a laicização da educação, predominantemente administrada pela Igreja. Isso levou a adoção de normas estabelecidas pelas reformas curriculares não só em instituições educacionais do Estado, mas também em instituições religiosas como uma forma destas se adaptarem à modernidade e não se prejudicarem frente à demanda de alunos, os quais buscavam também se adequar a estes currículos.

Segundo Nunes (2010, p.500) não só as estruturas internas das instituições foram alteradas, mas:

(...) Também suas práticas sociais sofreram alterações, determinadas não apenas pelos interesses da Igreja, mas ainda por transformações sociais que criaram as condições necessárias e favoráveis a esse processo (NUNES, 2010, p.500).

Destarte, importante observar, de acordo com Silva (2006), até mesmo nas escolas voltadas para a “formação prática”, permanecia um *habitus* ainda marcado pela educação sagrada.

Educação que não deixava de ser perpassada pelos signos do sagrado, e que também acharia espaço para adaptar-se à modernização advinda da secularização possível, dentro dos limites, na Parahyba do Norte (SILVA, 2006, p.156).

Havia então uma dicotomia, entre o lento processo de laicização, que influenciava na adoção do currículo de instituições escolares confessionais, e a adoção de práticas seculares em escolas que não necessariamente teriam que seguir tais preceitos pedagógicos.

A exemplo, dessa mudança paulatina e adaptação aos preceitos seculares pode-se citar o ginásio N.^a S.^a do Rosário, mesmo sendo afirmado no Livro Institucional escrito em 1957 em homenagem ao 75º aniversário de morte da beata Paula Frassinetti, que os preceitos seguidos pela ordem eram o de colimar “[...] a formação da jovem dentro do ambiente social em que vivia, preparando para os deveres primordiais da mulher: o de esposa e mãe.” (p.16). Mas afirma ao mesmo tempo, que “A obra educacional tem que se adaptar às condições especialíssimas e extremamente complexas, criadas pelas novas condições de vida, principalmente no setor feminino.” (LIVRO INSTITUCIONAL DA PROVÍNCIA SUL DO BRASIL, 1957, p.17)

O Colégio N. S.^a do Rosário chegou a possuir pianos de cauda para o ensino de música, a instrução esportiva e o ensino de línguas. Mais adiante, o mesmo livro afirma que as mudanças na pedagogia e currículo das Irmãs Doroteias seria uma resposta frente à “maioridade” alcançada pela mulher na década de 50 do século XX, através da participação no mercado de trabalho e da competição entre homens e mulheres na “arena” da sociedade produtiva.

Acerca dessa adaptação as reformas educacionais de Francisco Campos e Gustavo Capanema, percebemos que segundo Freire (2002):

O Colégio Nossa Senhora do Rosário, desde o princípio entregue ao magistério das Doroteias, foi equiparado em 1930 à Escola Normal do Estado. Equiparado ao Dom Pedro II em seu curso de ginásio desde 1946, desde o princípio e cada dia ascendentemente é um foco de luz intelectual e moral para as filhas de Alagoa Grande e de sua zona de influência. Índice desse benefício é o número de 197 alunas a quanto subiu a matrícula de diversos cursos no ano passado. Influência e benefício tanto maiores quanto, além das filhas das famílias abastardas que ali se educam, o Colégio da guarida a algumas moças pobres e mantém anexo ao ginásio uma escola primária gratuita frequentada em 1948 por 120 alunas (FREIRE, 2002, p.35).

Pode-se, a partir de uma análise mais aprofundada, buscar indícios destas e outras mudanças na cultura educacional que ocorreram, seja pela determinação de leis, seja por necessidades surgidas na própria cultura visando formar sua juventude através do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos necessários para a vida moderna.

A partir da análise do Livro de Tombo da Paróquia de Alagoa Grande, redigido pelo Cônego Firmino de Albuquerque em 1921 a partir de transcrições de documentos que remontam o final do século XIX, é possível observar muitos aspectos no tocante à fundação do Colégio de N. S^a do Rosário.

Segundo este documento, a construção do colégio se iniciou em 1917, de acordo com a vontade do Cônego Firmino Cavalcanti e do Arcebispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que concedeu a desapropriação do terreno da antiga Igreja de N. S^a do Rosário que ameaçava ruir, dando lugar a uma nova capela e a um colégio.

A cerca da visita pastoral feita pelo Arcebispo Dom Adauto à cidade de Alagoa Grande, na qual foi decidida, sobre a desapropriação do prédio da antiga Igreja para a construção do colégio, ficou registrado no livro de tombo da paróquia que:

Durante os dias que o excia. revma. Arcebispo esteve em visita pastoral nessa cidade, consentiu na desapropriação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fora de alinhamento e ameaçando ruínas.

Desejava sua excia. revma. Que sobre a mesma invocação, fosse levantada outra capela na rua Buenos-aires desta cidade. O pro-pároco – padre Firmino Cavalcanti pediu ao exmo. Revma. Arcebispo para com o material da Igreja do Rosário fazer-se um colégio para meninas, com o nome de Collégio N. S. do Rosário.

Com muita satisfação aprovou o exma. Arcebispo essa luminosa idea e entrou logo em acordo com as autoridades locais, recebendo uns antigos alicerces situados na rua do teatro e o terreno suficiente para a construção do colégio e uma capela (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.27).

Segundo o documento a escritura de desapropriação só foi assinada em dois de abril de 1917 no paço municipal da cidade, mesmo que no dia 23 de março o Arcebispo Dom Adauto escrevera uma procuração assegurando o padre Firmino Cavalcanti como seu procurador, podendo assinar por ele na sua ausência, e assegurando a quantia de dois mil reis para a demolição da antiga Igreja assim como a utilização do seu material para a construção do novo colégio e de uma capela:

Procuração do Exmo. Revma. Sr. Arcebispo metropolitano

Pela presente procuração do meu próprio punho escrita e assignada, constituo meu bastante procurador o pró-parocho-padre Firmino de Cavalcanti, para, por mim, como se presente fora, assignar a escritura de desapropriação da Igreja de N. S. do Rosário de Alagoa Grande; Podendo além de dois contos de reis, em moeda legal (2.000\$000) recebe em conta da dita desapropriação os alicerces existentes a rua do teatro da mesma cidade de Alagoa Grande, com os terrenos suficientes para os (?) de um colégio, bem como o dinheiro necessário para a metade das despesas da demolição da dita Igreja do Rosário. Concedo ao mesmo padre Firmino Cavalcanti todos os

poderes que me são outorgados por lei, podendo assignar contas, dos recibos de quitação, (estabelecendo?) os poderes de presente em que lhe convier. Parahyba, 23 de março de 1917. Testemunhas: Joao Pires Freitas e Rufino Gomes de Mattos (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.28).

Após os trâmites legais foi dada a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no dia 3 de maio de 1917, sendo informado no Livro de Tombo também a quantia de dinheiro usado para a demolição e a finalidade do material reutilizado para a construção de uma capela:

Demolição da Igreja de N. S. do Rosário

No dia 3 de maio de 1917 pelas 6 horas da manhã iniciou-se a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, dessa parochia, cujo material, de acordo com as prescrições do direito adquirido, foi empregado na construção de uma nova capela, sob a mesma invocação situada à rua do teatro e em um colégio para o sexo feminino, com o nome Collegio Nossa Senhora do Rosário. Com a demolição da referida capela gastou a remessa de mil duzentos e cinquenta reis (1.250 reis) quase todo o material fora transportado pelo povo catholico desta cidade para o local designado a construção da nova capella e collegio. Alagoa Grande. 20 de maio de 1917. Pró-parocho-padre Firmino de Cavalcanti (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.29).

Segundo o Livro de Tombo, a construção do colégio se deu antes da escolha da ordem que iria dirigir a instituição. Esta escolha não se deu por acaso, mas por conveniência, devido à visita inusitada das freiras da Ordem das Irmãs Dorotéias a cidade de Alagoa Grande e por já haver um colégio sendo construído na cidade de Bananeiras, na mesma região. De acordo com o documento, Dom Aduino havia pedido a madre provincial Julia Cassini para visitar as obras do colégio da qual a ordem iria dirigir em Bananeiras. As religiosas teriam que comprar a passagem para a cidade de Borborema, mas por engano compraram as passagens para Alagoa Grande.

Ao saber do fato, o Arcebispo Dom Aduino achou que seria “vontade de Deus” que estas dirigissem o colégio, e pediu para que elas fossem à Alagoa Grande visitar o local de construção do colégio e examinar a planta da escola, desenhada pelo cônego Firmino e fazer possíveis alterações nesta.

Em documento que relata a data de 10 de julho de 1917, presente no livro de tomo da paróquia de Alagoa Grande e escrito pelo pró-parocho Padre Firmino Cavalcanti, fica claro que a instalação do colégio na cidade não foi de intenção prévia da ordem das Irmãs Dorotéias, mas sim da vontade do Arcebispo Dom Aduino de

Miranda, a fim de expandir o número de educandários confessionais no estado de forma a poder manter a influência da Igreja na educação dos jovens da elite. Segundo o pároco Padre Firmino Cavalcanti:

Eis o facto: Pedira sua excia. Revma. A madre Julia Cassini para vir ou mandar examinar o Collegio da cidade de Bananeiras deste estado e diocese, (?) archidiocese cuja casa de achava em construção, a madre Cassini, provincial das Dorotéias, e sua secretária madre Lenon, foram a estação da via férrea e pediram passagem para a estação de Borborema, a mais próxima da cidade de Bananeiras (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.29).

A respeito da chegada das irmãs Dorotéias na cidade, a memória local afirma que se deu por puro acaso. No entanto, analisando o documento em questão é possível encontrar outro enunciado, ficando claro que mesmo que estas tivessem comprado a passagem de trem para a cidade cujo destino não era esperado, o Arcebispo Dom Aduino tivera conhecimento antecipado deste caso, e propôs que estas fossem mesmo assim para Alagoa Grande. Especialmente, para que fizessem uma vistoria no local do futuro colégio e arquitetassem junto com o Padre Firmino as possíveis intervenções na planta da obra. A partir deste trecho do mesmo documento, citado acima, é possível notar este enunciado:

Deram-lhe passagens, não para Borborema, como desejavam, mas para a cidade de Alagoa Grande na Parahyba de onde deviam seguir para Borborema, mostraram ao Exma. e Revma. Sr. Arcebispo passe que tinham recebido no Brum. Grande foi a admiração de sua excia. quando viu que o passe era para esta cidade e não para a estação de Borborema. Reconhecendo que era a vontade de Deus, que este collegio fosse confiado à ordem de Santa Dorothea, pediu a madre provincial para vir a esta cidade, a fim de examinar o local e determinar alguma coisa a respeito da planta, já preparada. De muita boa vontade, aceitou a madre provincial tomando logo o trem para Alagoa Grande. O exma. e revma. Sr. Arcebispo passou ao rev. Pro-parocho o seguinte telegrama: Vigário-Alag. Grande. Receba provincial Dorotéias; ordem que dirigirá o futuro Collegio Nossa Senhora do Rosário (LIVRO DE TOMBO DA PARÓQUIA DE ALAGOA GRANDE, 1917, p.29).

A participação do Arcebispo Dom Aduino na construção do colégio é de suma importância para entender as relações políticas e sociais da Igreja, que numa integração com a elite local e a ajuda dos fiéis possibilitava a manutenção da participação daquela instituição na educação. O Colégio N. S^a do Rosário, apesar de pertencer a uma ordem

estrangeira, só foi possível ser erigido naquela cidade por intermédio do poder eclesiástico local e o fomento das elites agrárias que angariaram fundos, assim como da participação do povo.

No tocante a participação do primeiro bispo paraibano Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques na educação paraibana, Kulesza (2006) afirma que se percebe através de sua atuação na diocese paraibana, recentemente desmembrada de Olinda (1892) e sobre a égide da romanização⁵, uma semelhança com o que ocorria no cenário nacional no início da República: a criação de verdadeiras obras educacionais pelos arcebispos locais como uma forma de manutenção da participação da Igreja nos trâmites políticos e instrucionais. Antes da ação intencional de Dom Aduino ao assumir o cargo como bispo, de expandir as escolas confessionais, somente existiam poucas opções de estudar a nível secundário no Liceu paraibano e na escola Normal, ou, no caso da instrução feminina, matricular-se na esfera privada, sob tutela da sagrada família no colégio Nossa Senhora das Neves na Capital. As cadeiras isoladas não eram suficientes até a construção dos primeiros grupos escolares.

Segundo Kulesza (2006), para contornar o déficit de escolas secundárias na Paraíba, ele fundou no mesmo dia de sua posse o Colégio Diocesano, ocupando agora um espaço muito importante na educação paraibana, possibilitando que o acesso de jovens da elite local ao nível superior através do currículo escolar exigido pelo Estado e equiparado ao do Colégio Pedro II. Dom Aduino foi responsável também pela construção do Colégio Nossa Senhora das Neves, sob a administração da ordem das Damas do Coração Eucarístico e posteriormente pelas Religiosas da Sagrada Família.

Além de erguer estas e outras escolas e colégios no nosso estado, Dom Aduino buscou também lutar contra o “laicismo” da escola, criticando veementemente a Reforma Maximiliano que impedia as escolas particulares de se equipararem ao Colégio Pedro II, o que influenciou negativamente na adesão de alunos às instituições de ensino religioso que possuíam caráter particular e a constituição de 1891, que proibia o ensino religioso nas escolas públicas. Através de sua influência política, conseguiu derrubar leis que visavam a laicização da educação, fazendo com que escolas possuíssem ensino religioso e fossem, inclusive, dirigidas por sacerdotes e usadas como centro de doutrinação nos horários opostos as aulas. De acordo com Scocuglia (2003, p.21):

⁵ Processo iniciado no século XIX na Igreja Católica que visava aumentar o poder centralizador do papado em combate às práticas dissonantes à doutrina católica oficial.

Fazendo da educação a mola mestra de seu episcopado, o bispo paraibano tornou normal a presença do clero em todas as instâncias educativas do estado. Como professores, diretores, autores, ou mesmo capelães de colégios, os padres afirmaram sua presença proeminente na educação às custas da apropriação dos espaços públicos abandonados pelo estado (SCOCUGLIA, 2003, p.21).

Pode-se entender então a forma como este contexto se mescla com a construção do Colégio N. S^a do Rosário em 1919 através de sua forte intervenção política que propiciou a desapropriação do terreno para a construção da escola, disponibilização de dinheiro e por ter influenciado na escolha da ordem das Irmãs Dorotéias para a administração.

4.1 As propostas instrucionais de Paula Frassinetti e o Colégio Nossa Senhora do Rosário: um olhar sobre o disciplinamento

É possível notar também a trama de relações de poder que no caso da cidade de Alagoa Grande se assemelhava ao contexto estadual, onde apesar de uma “vontade” do Estado em se laicizar a instrução através das leis, as relações entre a administração pública e a religiosa também possibilitou o fomento à educação religiosa.

A obra pedagógica de Paula Frassinetti, segundo documento institucional escrito pela Madre Cleonice de Salles , adere plenamente

(...) às diretivas eternas da Igreja Católica, diretivas que se inspiram no idealismo que nos faz aspirar aos bens sobrenaturais e no realismo íntimo e penetrante que opõe um singular contrapeso às ilusões das correntes pedagógicas modernas (LIVRO INSTITUCIONAL DA PROVÍNCIA SUL DO BRASIL, 1957, p. 16).

Ainda, segundo esta obra, baseou-se na instrução através do diálogo e na compreensão profunda da infância e da juventude, procurando “completar” as deficiências e unilateralidade de cada educando. Afirma-se que

Educar, formar o caráter, isto é relacionar o temporal com o eterno, levantar a educanda do que é efêmero, leva-la a fixar os seus ideais no que permanece eternamente e depois fazê-la voltar ao campo das coisas que hão de passar, foi o escopo fundamental da obra de Paula Frassinetti (LIVRO INSTITUCIONAL DA PROVÍNCIA SUL DO BRASIL, 1957, p.16).

Entretanto, afirma que os ideais da educação e formação do ser humano depende de fins bem determinados e não dos meios, fazendo com que a pedagogia de Paula

Frassinetti fosse flexível e se adaptasse aos tempos e circunstâncias, preparando as jovens para “os deveres primordiais da mulher: o de esposa e mãe.” Fazendo com que a mulher fosse forte através da sua representação de poder na sociedade pela organização da família e educação dos filhos. O centro de interesse se mostra dessa forma voltado para o lar e seus afazeres, a educação e a luta contra os flagelos sociais.

Para obter tais finalidades, buscava-se nos colégios estabelecer um ambiente de lealdade, confiança, de mútua compreensão entre mestras e alunas. Além disso, também propunha a disciplina como fruto do respeito à personalidade da educanda através da terapêutica ocupacional, que estabelecia programas que se baseavam nas aspirações de cada aluna e seu contexto social.

Compreendendo o ensino confessional como um meio fértil para a disseminação de tais discursos disciplinatórios, que estabeleciam a “ordem” e o respeito às normas de conduta estabelecidas pelas instituições escolares, pode-se observar não só nas práticas pedagógicas definidas por Paula Frassinetti, mas também na arquitetura do Colégio, traços de uma cultura escolar, onde a disciplinarização dos corpos fazia parte do cotidiano. A disciplina é compreendida aqui no sentido foucaultiano, onde esta “[...] individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 2008, p. 125).

Uma parte considerável da estrutura do Colégio N. S^a do Rosário permanece de pé, sendo possível observar nas suas antigas salas de aula, refeitório, pátio de recreação e outras dependências, símbolos dessa ordenação dos corpos e das redes de relações que faziam parte do cotidiano escolar.

Na área do pátio de recreação podemos identificar uma arquitetura de vigilância, pois a mesma se encontra em uma área central cercadas de janelas, de modo que as estudantes pudessem ser observadas com mais facilidade, podendo-se relacionar com uma arquitetura panóptica⁶, como pode ser observado na figura 1.

⁶ O *panóptico* de Bentham é a figura arquitetural, aplicada inicialmente às prisões, onde o princípio é induzir um estado de consciência de permanente visibilidade que permite o funcionamento automático do poder.

Figura 1: Pátio de recreação do colégio



Fonte: Acervo Pessoal de Robson de O. Silva.

No tocante á divisão dos espaços escolares e seus territórios, do ordenamento das salas de aula em relação aos espaços administrativos, e da presença “anexa” de uma capela conferia um espaço escolar no qual:

As disciplinas, organizando em “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 2008, p. 126).

Estas territorialidades, próprias dos ambientes escolares modernos, garantem a manutenção da disciplina, algo intrínseco à cultura escolar e indispensável ao rígido controle estabelecido nas escolas confessionais. Esta disciplina no âmbito escolar recebe influência dos métodos surgidos no século XVII que segundo Foucault (2008):

Em resumo, pode-se dizer que a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características: é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades). É genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças) (FOUCAULT, 2008, p. 141).

Estes aspectos são observáveis no contexto escolar confessional, onde a disciplina se faz necessária para a manutenção da ordem interna e para o zelo com os estudos e com a doutrina cristã.

Após o permanecer abandonado e sem manutenção, a estrutura do teto desabou, restando apenas à fachada. Após o colégio ter sido suas atividades encerradas, o prédio passou a ser usado por órgãos municipais, sendo inicialmente ocupado pelo Instituto Desembargador Severino Montenegro, escola municipal de 1º grau, e estaduais, depois ocupado pela FEBEM (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). Atualmente o espaço é utilizado pelo município em diversas atividades. Na figura 2 é possível observar o que restou do auditório principal do colégio (FREIRE, 2002).

Figura 2: Fachada do antigo auditório do colégio.



Fonte: Acervo Pessoal de Robson de O. Silva.

Por se tratar de uma escola confessional, na qual as jovens seriam educadas para viver em uma sociedade cristocêntrica, fez-se necessário a construção de uma capela anexa ao prédio do colégio, fato este já planejado desde a fundação da escola, como citado anteriormente nesse trabalho. Abaixo, na figura 3, podemos observar a foto da entrada principal do colégio com a capela à direita. Esta capela atualmente encontra-se em funcionamento, e em visita a escola, constatou-se que a mesma havia sido

restaurada. Na figura 3 nota-se a entrada principal do colégio e a capela anexa ao mesmo prédio.

Figura 3: Fachada do colégio e capela anexa



Fonte: Acervo Pessoal de Robson de O. Silva.

A Escola N. S^a do Rosário desenvolvia atividades diversas, de acordo com o seu currículo, como aulas de música, francês, dentre outras, oferecendo ao seu público o melhor ensino que essas filhas da elite poderiam ter. Para realizar essas atividades, a escola dispunha de um espaço singular, como auditórios, dentre outros. Na figura 4 pode-se observar um dos auditórios da referida escola.

Figura 4: Antigo auditório auxiliar



Fonte: Acervo Pessoal de Robson de O. Silva

O Colégio N. S^a do Rosário desempenhou importante papel na educação em Alagoa Grande, fornecendo para a comunidade local ensino de qualidade e cumprindo seu objetivo, a formação social e moral das alunas. Ressalta-se, porém a necessidade de continuidade dos estudos sobre o Colégio, visto que ainda há muito a descobrir sobre a História da instituição e sua relação com a História da Educação no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão possibilitou compreender aspectos pertinentes à história da educação confessional da Paraíba, especificamente no tocante ao Colégio N. S^a do Rosário, fazendo perceber aspectos concernentes ao contexto mais amplo da instrução confessional na região do Brejo paraibano.

Dentre estes aspectos pode-se ressaltar a participação de personalidades importantes na fundação desta e de outras instituições escolares na Paraíba e em Alagoa Grande, a exemplo do Arcebispo Dom Adauto de Miranda Henriques, e de sua relação com os poderes eclesiásticos locais, a exemplo do Padre Cônego Firmino Cavalcante de Albuquerque, assim como com os poderes das elites locais.

A respeito destas personalidades, foi possível verificar que havia uma intencionalidade destes sujeitos na construção do colégio em questão, e que este não foi construído por acaso, como afirmam enunciados encontrados durante a pesquisa, e a escolha da ordem que viria a administrar o colégio foi uma determinação do Arcebispo Dom Adauto, fato este pertencente a um contexto maior do movimento de resistência eclesiástica aos processos de laicização da educação.

Constatou-se que o contexto econômico local foi fundamental para a construção do colégio, assim fez-se necessário tendo em vista a premência da formação das filhas da elite agrária e política da região nos moldes cristocêntricos ante a laicização da educação, mas que também pode servir a algumas moças pobres da região através da construção de uma escola anexa ao colégio.

A Pia Obra de Paula Frassinetti foi ressignificada ao chegar ao Brasil, pois sua intencionalidade principal visava atender as crianças pobres, fato diferente do que ocorre, por exemplo, no colégio estudado. Nesse sentido, adequou-se ao contexto sociocultural em que foi implantado.

Assim, compreende-se a importância que o Colégio N. S^a do Rosário desempenhou no Brejo paraibano, na formação das meninas, principalmente, as filhas da elite agrária da região, além disso, foi símbolo da resistência à instrução laica, sendo vista como uma instituição modelo.

A pesquisa em questão mostrou-se um campo fértil para a investigação histórica, sendo necessário dar prosseguimento com o intuito de preencher lacunas, esclarecendo aspectos relativos à História da Educação ainda pouco explorados no estado da Paraíba. Como revela Silva (2012, p. 245): as últimas prospecções arquivísticas e discussões

teóricas tendo por base os modelos confessionais de instrução na Parahyba do Norte foram realizadas de forma dispersa, desde os anos 1990 do século vinte. Além do mais, os estudos têm se pautado mais no universo laico de ensino aprendizagem. Estando, assim, definida como necessária a retomada de pesquisas no âmbito das escolas confessionais, visando historicizar os imbricamentos concernentes ao universo confessional e laico (FERREIRA; OLIVEIRA, 2013).

Nesse sentido, também argumentam Ferreira e Oliveira (2013) em discussão sobre a educação confessional, que apesar de se ter discutido muito a respeito da história das religiões no Brasil a reflexão sobre a educação confessional ainda permanece lacunar. Outro aspecto a ser ressaltado é a forte presença dessas escolas, tendo em vista o longo período em que foram hegemônicas na instrução quer no âmbito brasileiro ou local.

Desse modo, Julia apud Ferreira e Oliveira (2013) salienta que a seara das representações dispostas nos universos de significados materializados na escola, e na sociedade como um todo, apresenta-se como um forte mapeamento das representações possíveis de serem inqueridas, especialmente se constituídas como: culturas escolares vividas e representadas, postuladas e ressignificadas.

Diante desse quadro, considera-se que o presente trabalho necessita ter continuidade, tendo em vista que a discussão acerca da presença das Irmãs de Santa Dorotéia na educação confessional paraibana é extensa, e ainda há muito que ser explorada.

6. REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador.** — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- DIAS, Roberto Barros. “Deus e a Pátria”: Igreja e Estado no processo de romanização da Paraíba (1894-1930). Paraíba, 2008. **Dissertação** (Mestrado em História), UFPB, Paraíba.
- FERREIRA, José Eudes da Silva; OLIVEIRA, Catarina Batista. **Tecendo narrativas, práticas e significados: história e memória das instituições e educadoras(as) confessionais na Paraíba:1897-1945.** XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 2013.
- FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: sua História.** João Pessoa: Ideia. 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GHIRALDELLI, Jr. Paulo. **História da educação brasileira.** 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2008.
- GIRÃO, Maximina Maria. **Evocando a passagem de Paula Frassinetti pelo Porto.** Repositório Institucional da ESEPF. 2005. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/365/SEe_10EvocandoStaPaula_Maximina.pdf?sequence=2>. Acessado em 04 de Nov. de 2013.
- GURJÃO, Eliete. **Morte e vida das oligarquias.** João Pessoa: Editora Universitária, 1989. p.21-50.
- JULIA, Dominique. **La culture scolaire comme objet historique.** Paedagogica Historica. International journal of the history of education (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, pp. 353-382. Tradução de Gizele de Souza
- KNAUSS, Paulo. **Entre normas e conflitos: O cotidiano escolar na documentação do Arquivo Público do Rio de Janeiro.** In. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e Educação na Primeira República. In: MACHADO, Charlton José dos Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira.** Autores Associados, Campinas – SP, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: Teoria e Prática.** 5ª ed. Revista Ampliada. Goiânia. Editora Alternativa, 2008.
- LIMA, Danilo lima. Uma análise sociológica das influências da Igreja Católica na elaboração da Lei nº. 4024/61 de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Rio de Janeiro, 1975. **Dissertação** (Mestrado em Educação), PUC- Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DP&, 2001.
- ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 165.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas aos grupos escolares na Paraíba do Norte.** 1822-1940. São Paulo: Autores associados. 2002. p. 23-235.

SAVIANI, Demerval. **História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e Necessário** (2008), Disponível em:

<http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acessado em 04 de Jul. de 2013.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. História, História da Educação e Crise de Paradigmas. In: Afonso Celso Scocuglia, Carlos Ferreira Pinheiro, (org.). **Educação e história no Brasil Contemporâneo**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 216 p.

SILVA, Ramses Nunes e. “Signal dos tempos”: Modernidade, Secularização e Laicização na Instrução Pública da Paraíba do Norte (1867- 1902). Paraíba, 2006. **Dissertação** (Mestre em Educação), UFPB – Paraíba.

SILVA, Ramsés Nunes e. As damas da instrução cristã no Brasil da transição secular: 1897-1912. In: **Anais do IX seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”**. 2012.

MARCONDES, Lea Rocha Lima; MENSLIN, Douglas Jeferson; RIBEIRO, Edilson;

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Educação profissional no Brasil: uma perspectiva ética**. PUCPR, Educere, 2007.

MONARCHA, Carlos. História da Educação (Brasileira): formação do campo, tendências e vertentes investigativas. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 21, p. 51-77, jan/abr 2007.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. **As Dorotéias em Portugal (1966-1910): uma difícil implantação**. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4929/1/LS_S2_08-9_MariaLBMoura.pdf>. Acessado em 10 de Agosto de 2013.

NUNES, Maria Jose Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORI, Mary del. **Historia das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2010.

SENE, Luciana de Oliveira; COSTA, Alessandra David Moreira da. **Cartas, Constituições e Regras do Instituto Religioso das Irmãs Mestras de Santa Dorotéia: Fontes de Pesquisa Histórica para o Estudo das Intuições Pedagógicas de Paula Frassinetti e da Constituição do Projeto Educativo dos Colégios Doroteanos**. Revista História, São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. 2010.

FONTES PRIMÁRIAS

1. Manuscritos

1.1- **Livro de Tombo da Paróquia de Alagoa Grande**. Nº 1, 1921.

2. Impressos

2.1 - **Livro Institucional da Casa Provincial do Sul do Brasil**. 1957 (homenagem ao 75º ano de falecimento da Beata Paula Frassinetti).